



Dialogando sobre resistências, medo e esperança

Dialogue on opposition, fear and hope

Victor NEVES*

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?

Walter Benjamin

Introdução

Muitos dos textos com os quais temos grande acordo têm, no trabalho intelectual, um destino comum: uma vez lidos e fichados, se tornam portadores de pontos de apoio aos quais iremos, em um momento ou outro, sobre tal ou qual assunto, recorrer. São, pois, direcionados a um escaninho no labiríntico almoxarifado da memória, onde repousam até que o uso venha requere-los. Passam então pelo crivo da cogitação e da crítica, geralmente mais cerrado na retirada do que no depósito.

Talvez fosse ser esse o destino imediato, para mim, do inteligente e instigante texto da professora Tatiana Dahmer Pereira, *Sobre resistências, medo e esperança em tempos de colapso*. Não é o caso. Atendendo ao gentil convite do corpo editorial de *Argumentum* para debater-lo, tenho a oportunidade de ponderar, já agora, sobre alguns de seus aspectos. É essa reflexão que compartilho neste texto.

Uma forma social periférica, um mundo entre passado e presente

A teorização do social costuma remeter, explícita ou implicitamente, a interpretações de seu movimento, de sua formação. Essas leituras podem ir mais ou menos longe no passado, recolhendo no caminho indícios, sugestões, determinações que teriam se perenizado, conformando o presente tal como o experimentamos. O hoje interroga o ontem e lhe pede aval.

Sabe-se, entretanto, que o passado é, para nós, uma estrutura em progresso, cuja reconstituição é grandemente informada por nossa busca por respostas a questões do próprio presente (BLOCH, 2001). Isso é verdade não apenas no caso do pesquisador, mas

*Músico e Compositor. Doutor em Serviço Social. Professor do Departamento de Teoria da Arte e Música da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). Av. Fernando Ferrari, 514, Campus de Goiabeiras, Centro de Artes, CEMUNI V, Vitória (ES), CEP.: 29.075-910. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0002-3540-0034>>. E-mail: <victornsouza01@gmail.com>.

também no dos sujeitos da processualidade social. Homens e mulheres, ao construírem ativamente seus projetos, estrangidos pelas condições em que atuam, recorrem a mitos, conjuram a força fantástica de antepassados, vestem suas máscaras, forjam (auto)imagens que contribuem a emprestar, de caminhos já percorridos, sentido à luta no caminho a percorrer (MARX, 2011).

O fato de tudo isso ser amplamente conhecido não elimina as dificuldades, nem responde *per se* aos problemas relacionados às noções de correspondência, causalidade, casualidade-acaso (coincidência), permanência. Trata-se, de um modo ou de outro, de mergulhar no caudaloso rio da história, que não deixa de jorrar aos borbotões enquanto nos ocupamos, agarrados a boias e arrastados por ele, em examiná-lo.

No caso brasileiro, os resultados bem-sucedidos desses mergulhos conformam *imagens do Brasil* que

[...] articulam sempre juízos de fato com juízos de valor, na medida em que não se limitam a fornecer indicações para a apreensão de problemas específicos da vida social de nosso país [...], mas se propõem – para além e/ou a partir disso – a nos dar uma visão de conjunto, que implica não só a compreensão de nosso passado histórico, mas também o uso dessa compreensão para entender o presente, e, mais do que isso, para indicar perspectivas para o futuro. [...] tais imagens contêm sempre uma articulação entre ciência e ‘ideologia’, ou entre ser e dever-ser [...] (COUTINHO, 2011, p. 221).

As imagens do Brasil remetem, portanto, a interpretações do desenvolvimento da formação social brasileira, compreendido geralmente enquanto parte de um processo geral de instalação, em nível planetário, de sociedades fundadas sobre o modo de vida moderno, competitivo ou capitalista. Articulam ser e devir, evocação factual e normatividade, interpretação do passado e projeto para o futuro – como se vê, por exemplo, nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho.

Tais interpretações costumam carregar importantes implicações políticas, na medida em que a análise do ser se cruza com a prescrição do dever-ser. É por isso que Dahmer Pereira faz questão de fundamentar em certa imagem do Brasil suas reflexões sobre os desafios aos setores contra-hegemônicos na atualidade.

Cabe redesenhar em grandes linhas as imagens, do Brasil e do capitalismo contemporâneo, subjacentes a seu texto. De início,

Nossa sociedade, marcada por contradições, demanda a materialização de um Estado opressor e criminalizador como propulsor e, ao mesmo tempo, expressão de formação social profundamente desigual e voltada para atender às demandas da acumulação capitalista na divisão social, racial, sexual, territorial e internacional do trabalho (PEREIRA, 2019, p. 11).

Segue-se que o presente brasileiro, para a autora, se assenta sobre a permanência transformada de aspectos oriundos de nosso passado colonial, materializada em “[...] uma ferocidade específica, uma marca de ódio particular permanente nossa, escamoteada pelo mito da democracia racial” (NASCIMENTO, 2017 apud PEREIRA, 2019, p. 13.).

A transição do escravismo para o trabalho livre, após 350 anos de violência e de extermínios oficialmente naturalizados pelo Estado brasileiro tanto de indígenas quanto de negros (as) - decorre da exaustão das condições de sua manutenção, a partir das reações por parte das pessoas escravizadas e de populações originárias. Vistas como uma mercadoria, a superação dessas pessoas e da condição de atraso que representam não passava por reparos, mas por mais subjugação, miscigenação, criminalização e pelo extermínio físico.

[...]

No século XX, nosso salto para modernização acontece a *fórceps* em menos de setenta anos. A construção da nossa ideia de nação decorre de práticas violentas, nas quais o tom é dado pelo uso da força e do extermínio. Essa forma prevalece nos dias atuais [...](PEREIRA, 2019, p. 12).

Assim, “[...] a ideia de Brasil Moderno se constituía sobre o tapete mal acomodado de nossos conflitos originários” (PEREIRA, 2019, p. 13), marcados pela “[...] regulação criminalizadora, de perseguição permanente aos pobres, negros(as), indígenas, mulheres e a todos(as) os que fogem ao padrão normativo do ser humano universal iluminista (e cristão reformado) em prol da dinamização mercantil” (PEREIRA, 2019, p. 14).

O resultado seria uma forma cidadã marcada por componentes racistas, elitistas, misóginos, sexistas, xenófobos, dando ensejo ao reiterado estabelecimento de ditaduras abertamente militarizadas e à permanente política de extermínio patrocinada pelo Estado ou implementada sob seu beneplácito. Assim, hoje,

[...] não é surpresa a eleição, pelos canais democráticos liberais, de um candidato cuja plataforma expressa o ódio à política. Nesses diferentes momentos ditatoriais, para além das perseguições políticas, torturas e extermínio contra os (as) que se posicionavam contra o regime, acirraram-se ações estatais de violência sobre segmentos empobrecidos da classe trabalhadora, indígenas, negros (as).

[...]

Tais elementos demonstram o quanto a política de extermínio de determinados públicos sempre foi constitutiva desse projeto de ‘nação’, envolvendo ativamente sujeitos políticos e jurídicos, determinantes ao movimento do desenvolvimento capitalista periférico (PEREIRA, 2019, p. 14).

O Brasil do presente se movimentaria, nos termos empregados pela autora, em contexto internacional de *crise estrutural do capital*, marcada pelo esgotamento dos recursos políticos anteriormente possibilitados pelas sobras expansionistas dos períodos de crescimento cíclico do capital, de arrefecimento da intervenção conciliadora do Estado, de acirramento da tensão política.

Entendendo-a como uma crise que materializa o limite lógico do capital em produzir valor, essa crise não se resolverá pela ordem vigente – sequer possui mais à sua disposição os recursos de sobras expansionistas dos períodos de crescimento cíclico do capital de parte do século XX (PEREIRA, 2019, p. 15).

O quadro esboçado até aqui conduz à afirmação dos seguintes pontos:

1. não há mais margem de manobra às instituições burguesas, em contexto de crise estrutural do capital, para a mediação das contradições sociais através de políticas públicas inclusivas, anticíclicas ou expansionistas;

2. nessa situação, não será possível às forças contra-hegemônicas obter novos direitos sociais universais a partir de suas lutas – pelo contrário, a tendência, que já vem sendo observada, é de retirada de tais direitos;
3. tal retirada se combina ao recrudescimento da repressão estatal judicial e física, ou seja, do componente coercitivo da atividade do Estado, em resposta ou em prevenção às resistências e mobilizações contra as perdas de direitos e baixas de qualidade de vida;
4. observa-se, desse modo, uma tendência à diminuição da capacidade estatal de amortecer o conflito social e de esvaziar os potenciais políticos reivindicatórios dos movimentos através de concessões parciais.

As organizações da esquerda, para prevenir a queda no que a autora considera *armadilhas de captura pela dinâmica capitalista*, deveriam considerar tais pontos na formulação de sua práxis política. Isso passaria por compreender os limites impostos ao capital e ao Estado num presente marcado pela crise e pela *total imprevisibilidade*, considerando ainda as especificidades brasileiras. Seríamos conduzidos, então, ao *reconhecimento de lutas por existências e de resistências em curso no país* e à *reinvenção de formas* de luta e de organização.

O debate

Algumas das imagens do Brasil mais célebres buscaram explicitar as peculiaridades brasileiras em relação a um suposto caminho clássico para a modernização ou o desenvolvimento capitalista. Enfatizando a peculiaridade brasileira (como momento daquela outra, periférica), afirmaram a existência, explícita ou implicitamente, nas periferias, de um caminho não clássico, contraposto àquele outro, típico do centro – ou ao menos de certos centros¹. Empreenderam, a partir disso, o esforço teórico de discriminação dos componentes históricos que teriam marcado a contemporaneidade brasileira, diferenciando-a em relação à dos países centrais e propondo caminhos para a superação de seus supostos impasses.

Vale dar dois exemplos.

Em Prado Jr. (2007), o capitalismo brasileiro é marcado de modo perene por sua característica, herdada do sentido da colonização, de economia voltada para fora, submetida às imposições do imperialismo, heteronômica. Isso determina o condicionamento da capacidade produtiva brasileira a necessidades externas ao país, e não às necessidades internas do povo. O crescimento mantendo baixos os níveis de vida da massa trabalhadora obstaculiza a criação de um sólido mercado interno, impedindo um desenvolvimento (capitalista) autônomo que é apresentado como pré-requisito para uma possível construção futura do socialismo. É necessário, por conseguinte, trabalhar pelo desenvolvimento desse mercado interno, pressuposto para a libertação do país de suas contingências coloniais. Esse desenvolvimento deveria ser alcançado através da tutela estatal da iniciativa privada (PRADO JR., 1987; IASI, 2011).

¹ Sobre a categoria de classicidade, cf. Lukács (1979, cap. 3, p. 118 e ss.). Sobre a contraposição entre clássico e não-clássico no caso brasileiro, cf., por exemplo, Coutinho (2011).

Já em Furtado (2009), a evolução histórica da economia brasileira conjugou o desenvolvimento de setores modernos à permanência de setores atrasados, o que engendrou uma estrutura dual, levando ao fenômeno do subdesenvolvimento. Sua superação exige a eliminação do referido dualismo através da indução planejada do desenvolvimento, vencendo-se assim o suposto atraso de certos setores da economia através de sua modernização capitalista. É claro que aquela indução planejada deveria ser, também aqui, obra e graça do Estado, desde que controlado pelos agentes comprometidos com tal projeto.

As imagens do Brasil formuladas por esses autores fornecem importantes chaves heurísticas para a compreensão do desenvolvimento brasileiro, e ricas sugestões para pensar o país em sua contemporaneidade. Ainda assim, alimentaram por décadas um entendimento de que a prioridade das esquerdas no país deveria ser o enfrentamento a supostas insuficiências ou anomalias, desvios ou atrasos no desenvolvimento capitalista brasileiro, o engajamento na realização de tarefas em atraso que pusessem o país em dia com a modernidade. Seria ela que poderia levar a uma sociedade superior, mais justa e inclusiva – uma sociedade desenvolvida (CORREA PRADO, 2015). Deixou-se de lado ou adiou-se, assim, a luta socialista, tratada como indesejável, anacrônica ou inadequada.

A imagem do Brasil que subjaz à interpretação de Dahmer Pereira é outra, e não padece dos limites que vêm de ser apontados. Entretanto, cabe refletir sobre a insistência da autora na afirmação da especificidade brasileira, apresentada como o eixo do qual emanariam as determinações dessa formação econômico-social. Para ela, “[...] a crise estrutural do capital acirra especificidades próprias à trajetória como ‘nação’, aparecendo como a expressão explícita do ódio na vida em sociedade contra determinados grupos sociais, cuja raiz encontra-se na trajetória da formação social” (PEREIRA, 2019, p. 9).

Observando o problema por outro ângulo, a trajetória particular da nação, por sua vez, é que acirra ou atenua determinações próprias à dinâmica de acumulação do capital. Pode ser que a diferença entre esses dois modos de formular a questão resulte em distinções de análise². Consideremos, por exemplo, que os elementos enumerados pela autora sobre o Brasil de hoje, apontados como herança de nosso passado colonial, são decorrentes do próprio desenvolvimento do capital deixado a si mesmo e estão, cada vez mais, em curso em todos os quadrantes do planeta Terra. Eles se apresentam como consequência do desenvolvimento de tendências decorrentes do próprio sociometabolismo fundado sobre a valorização estranhada do valor, que (re)cria, (re)põe, refuncionaliza, ressignifica e atualiza problemas que não tendem a ser resolvidos pelo desenvolvimento do capitalismo, mas sim acentuados por ele (MÉSZÁROS, 2011).

Diferentes estudiosos mostram que o abismo econômico e social (com diversos rebatimentos também no plano cultural) entre, de um lado, trabalhadores proprietários apenas de si próprios (e, conseqüentemente, obrigados a vender sua capacidade de trabalhar, seja como for), e, de outro lado, proprietários de meios de produção fundamentais, que se apropriam do excedente econômico produzido por outrem (ainda que aquela propriedade, e essa apropriação, assumam formas indiretas), está se aprofundando

² Sendo esse o caso, estaremos tratando de uma divergência, e não de antagonismo, uma vez que tenho amplo acordo com a argumentação da autora.

no mundo contemporâneo. Isso ocorre, por exemplo, através da reposição intensificada dos processos de expropriação (FONTES, 2010) e espoliação (HARVEY, 2007), que decorre das próprias transformações na dinâmica de acumulação do capital em seu momento tardio (MANDEL, 1985).

Mostram ainda mais. Tais processos vêm produzindo e alargando profundas clivagens no interior do próprio contingente mundial de trabalhadores, divisões essas que se reproduzem em cada espaço nacional, regional, local. Como demonstrado por Harvey, já faz algumas décadas que em todo o planeta o mercado de trabalho é fortemente estratificado, com espaço cada vez menor no topo da pirâmide, reservado a trabalhadores com algum grau de estabilidade, formalidade no emprego, direitos trabalhistas e altos salários, até chegar em uma base, que não para de crescer, em que se apresenta altíssima rotatividade, intermitência, baixos salários, ausência de direitos etc. Entre os dois extremos, um estrato médio que vai sendo espremido pela pressão rumo à flexibilização, empurrado para baixo, rumo ao estrato inferior, ou transita precariamente entre os dois estratos subordinados ao longo da vida.

A esse processo, Michel Husson (2008) nomeou como a volta a um capitalismo puro, ou seja, cada vez mais purgado de direitos sociais, entendidos enquanto concessões feitas sob pressão proletária num mundo bipolarizado. Isso está na base, por exemplo, da reapresentação, nos países centrais, de níveis de desigualdade social que advogou-se, no contexto do *Welfare State*, que estariam superados ou relegados aos países do assim chamado Terceiro Mundo³. Está na base, por tabela, do retorno e do recrudescimento da xenofobia, do racismo, da violência aberta contra minorias (BENSAÏD; LÖWY, 2000). Estão em curso processos de rebaixamento do valor da força de trabalho, reforçados pela assimilação subordinada de massas de trabalhadores imigrantes provenientes de periferias variadas; com ela, a exclusão de amplas massas dos direitos mais elementares – inclusive civis e políticos, como nos caso dos imigrantes ilegais, reproduzindo situação amplamente conhecida nas periferias do sistema (SANTOS; FERREIRA; COUTINHO, 2012; SANTOS, 2016; TAVARES, 2016).

É claro que isso não se manifesta exatamente do mesmo modo em todo lugar. É na compreensão das peculiaridades, das especificidades, que deve entrar a consideração do desenvolvimento histórico particular, aquele experimentado por cada formação econômico-social, por cada país, por cada região. Mas as tendências se apresentam em escala planetária, e considerar esse aspecto do problema pode ajudar a diminuir o grau de surpresa, ou matizar a ênfase na imprevisibilidade do movimento do real. Esse movimento é, em suas grandes linhas, razoavelmente previsível – vem nos conduzindo há décadas à barbárie (MENEGAT, 2003), à regressão social, econômica e cultural generalizada, e, caso não se imponha a tempo o aviso de incêndio (LÖWY, 2005), pode nos conduzir a catástrofes naturais-sociais sem precedentes, à guerra generalizada e descontrolada, à extinção ou a algo próximo dela.

³ Cabe notar, quanto a isso, que, no caso dos países da Europa Ocidental e Setentrional, durante algumas décadas fatores históricos específicos levaram à *atenuação, no plano interno*, de algumas das tendências socialmente mais deletérias postas pelo desenvolvimento do capital.

Outros pontos sobre os quais refletir são possíveis desdobramentos da precisa e necessária afirmação pela autora da “[...] intangibilidade dos direitos humanos na ordem burguesa” (PEREIRA, 2019, p. 16). Parte-se aqui do fato conhecido de que uma universalidade homogênea, apresentada de modo abstrato, sustenta a afirmação abstrata dos direitos, que, entretanto, só são realizáveis em uma situação de rompimento com essa apresentação abstrata, de composição de uma universalidade concreta, síntese de diversidades capazes de se expressarem e se desenvolverem plenamente (MARX, 2010). Dahmer Pereira aponta, partindo daí, para “[...] a natureza e os limites do Estado e das estruturas institucionais liberais clássicas”.

Um ponto estreitamente relacionado a esse é o seguinte:

Quando a degradação da forma se aprofunda, alguns (algumas) são alvos mais prioritários que outros (as). Portanto, o reconhecimento dos elitismos classistas com suas marcas racistas, opressões patriarcais e imposições sexistas de um pressuposto heteronormativo e binário sobre as formas de afeto e de vivência e de identidade sexual, junto ao que é reconhecido como formas ‘clássicas’ de organização política, não pode ser dissociador [...] (PEREIRA, 2019, p. 16).

Essas formulações são exatas. Cabe, contudo, problematizar dois possíveis desdobramentos seus. O primeiro é a relação entre, de um lado, a importância do reconhecimento da diversidade de pautas dos movimentos envolvidos na luta emancipatória, e, de outro lado, a formação de forças unitárias capazes de encaminhar tais pautas à subversão da ordem do capital. O segundo é a possibilidade (ou impossibilidade) de que embates particulares por direitos conduzam ao tensionamento da institucionalidade burguesa, estabelecendo pontes para combates emancipatórios de maior fôlego.

No terreno da disputa pelas narrativas históricas capazes de informar posições políticas para o presente e projetos de futuro, o importante engajamento no reconhecimento da diversidade na unidade não deve levar ao menosprezo da unidade na diversidade, considerando a possibilidade e a necessidade de constituição de um sujeito ético-político (GRAMSCI, 1977, Q. 1). Deve-se, portanto, atentar para que ele não fomente uma barreira que confine os movimentos sociais em formas particularistas de consciência social – usualmente bem aceitas, aliás, pelas estruturas liberais clássicas, cujo limite Dahmer Pereira afirmou com pertinência.

No contexto atual de crise estrutural do capital, o declínio das formas organizativas tradicionais de confronto pode ser o prenúncio de um contraditório processo de recomposição, ou reposicionamento, do proletariado em suas lutas⁴, em uma situação de transformações históricas importantes em seu modo de vida (DIAS, 2012). Quanto a isso, deve-se ter em conta que a existência política das classes não se dá abstratamente, mas apenas na medida em que homens e mulheres desempenham papéis determinados por objetivos de classe, sentem-se pertencentes a classes, definem seus interesses em relação entre si e contra outras classes, na dinâmica do conflito social (THOMPSON, 2001). As classes não são seres fixos e dados de uma só vez, constituindo-se e desconstituindo-se,

⁴ A definição de proletariado com a qual trabalho aqui é a de Friedrich Engels. Trata-se da “[...] classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

reiteradamente, entre os polos do particular vs. universal, bem como da afirmação vs. negação do existente (IASI, 2006). É nesses marcos que a questão do reconhecimento da diversidade parece adquirir sua maior força.

No caso brasileiro, um bom exemplo de um movimento ético-político apoiado sobre a síntese unitária de diversidades foi aquele ocorrido na virada dos anos 1970 aos anos 1980. Encontramos em Sader (1988) as seguintes características pertinentes aos movimentos contra-hegemônicos no Brasil, naquele momento: primeira, não se restringiam ao operariado fabril e não dependiam de sua autorização; segunda, organizaram-se expressando múltiplas formas políticas e culturais; terceira, seus participantes despontaram como sujeitos de suas próprias práticas; quarta, a interação entre suas variadas trajetórias produziu aproximações e convergências; quinta, os sujeitos elaboraram, na luta, representações próprias de si mesmos, seja enquanto mulheres, favelados, negros, trabalhadores precarizados ou informais etc.; sexta, o próprio estabelecimento das identidades se apresentou de maneira móvel – elas se modificaram no decorrer da luta e do processo de fusão, se articulando no movimento de autoconstituição de uma classe trabalhadora em busca de sínteses universalizantes.

Um contraexemplo, desta vez no sentido de mostrar possíveis limites ao reconhecimento da diversidade tomado enquanto fim em si, se encontra no trabalho de Bonnet (2016). Ela demonstra que a construção de uma *história das mulheres* no interior do campo acadêmico francês, entre os anos 1960 e 1970, deixou de incluir a forte presença das mulheres em setores destacados do movimento sindical desde a virada do século XIX ao XX, assim como as lutas pelos direitos das mulheres travadas por esse movimento. Apagaram-se da narrativa histórica predominante fatos importantes, como as vitórias obtidas pelo movimento sindical nos embates por direitos das mulheres. É o caso da legislação proibindo o trabalho noturno feminino e infantil; ganho da igualdade, no setor público, de salários para homens e mulheres exercendo as mesmas funções; primeiros cursos na França sobre parto sem dor; campanhas precursoras contra a dupla jornada de trabalho feminina, pelo uso de contraceptivos e pela revogação da legislação repressiva ao aborto.

Quanto à possibilidade de radicalização do tensionamento da institucionalidade burguesa através de lutas particulares por direitos, ou seja, de sua transformação em embates contra a ordem, há dois problemas a considerar. O primeiro está intimamente relacionado ao ponto anterior: as lutas por direitos, para almejar a projetos mais amplos que a mera conquista parcial, devem caminhar para a articulação em torno de um projeto societário globalmente alternativo ao vigente.

O segundo relaciona-se à capacidade de cooptação do Estado: essa capacidade não diminui automaticamente junto com a impossibilidade de atender reivindicações. Afinal, está sempre aberta a possibilidade de transformação das próprias reivindicações e de transformismo das direções, mesmo em tempos de regressão social, em que o pouco aparece, no cenário de terra arrasada, como muito. Concessões estreitíssimas, focalização levada ao extremo e reconfiguração das políticas sociais no sentido mercantil jogam aí seu papel, como vimos no Brasil ao longo dos governos Lula e da reconfiguração de sua base social em direção a setores do precariado (BRAGA, 2012) no contexto do lulismo (SINGER, 2012).

Considerações finais

É necessário romper o processo de enquadramento do conflito social em âmbito estreito, abstratamente democratizante, fundado sobre a combinação entre forte repressão aos movimentos sociais, rebaixamento generalizado das condições de vida e reorientação do Estado no sentido do reconhecimento de *certas* lutas encaminhadas de *certas* formas (FONTES, 2012). Isso só se faz ativa e conscientemente. Um erro a evitar é repetir, com sinais trocados, a política de conciliação predominante nas últimas décadas.

Para que os confrontos particulares venham a fazer parte de uma pedagogia mais abrangente da luta social, tornando-se ponte para o embate anti-sistêmico, eles têm de ser consciente e coletivamente encaminhados nessa direção, articulando-se no interior de uma estratégia anticapitalista, socialista. Buscar essa articulação é parte do trabalho das organizações comprometidas com a superação da forma social decadente e bárbara contra a qual a professora Tatiana Dahmer Pereira, consistentemente, se posiciona.

Referências

BENSAÏD, Daniel; LÖWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONNET, Annabelle. Feminismo, política, transformação social, história das mulheres e luta sindical na França dos anos 1960-1970. **Crítica e Sociedade**, Revista de Cultura e Política, Uberlândia: UFU, v. 5, n. 2, jun. 2016.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo; USP, 2012.

CORREA PRADO, Fernando. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. 2015. Tese (Doutorado em Economia)–Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modos de vida**. São Paulo: Sundermann, 2012.

FONTES, Virgínia. Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil. In: BRAZ, Marcelo (org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 175-203.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione Critica a cura di Valentino Gerratana. vol. 4. 2. ed. Torino: Einaudi, 1977.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

HUSSON, Michel. **Un pur capitalisme**. Lausanne : Éditions Page Deux, 2008.

IASI, Mauro. Caio Prado Júnior: sentido, trilhas e caminhos da revolução brasileira. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Caio Prado Júnior: história e sociedade**. Salvador: Quarteto, 2011. p. 31-55.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin, aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”**. São Paulo, Boitempo, 2005.

LUKÁCS, György. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MENEGAT, Marildo. **Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, T. D. Sobre resistências, medo e esperança em tempos de colapso. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 1, p. 8-21, 2019.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 10. reimp. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Cleusa; FERREIRA, Ana Cássia; COUTINHO, Luciano. Migração da força de trabalho: internacionalização do capital para quem?. **Revista Libertas**, v. 12, n. 2, ago./dez. 2012.

SANTOS, Cleusa. Migração e trabalho: desvendando o enigma da superpopulação. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE STRIKES AND SOCIAL CONFLICTS, combined historical approaches to conflict. proceedings, 3. MARÍN CORBERA, Martí; DOMÈNECH SAMPERE, Xavier; MARTÍNEZ I MUNTADA, Ricard (eds.). Barcelona, **Anais [...]** Barcelona, CEFID-UAB, 2016, p. 737-751.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. A migração laboral é uma ausência de liberdade. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE STRIKES AND SOCIAL CONFLICTS, combined historical approaches to conflict. proceedings, 3. MARÍN CORBERA, Martí; DOMÈNECH SAMPERE, Xavier; MARTÍNEZ I MUNTADA, Ricard (eds.). Barcelona, **Anais [...]** Barcelona, CEFID-UAB, 2016, p. 752-763.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

Victor NEVES

Graduado em Bacharelado Em Música-Composição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). É professor efetivo da Universidade Federal do Espírito Santo / Departamento de Teoria da Arte e Música. Tem experiência nas áreas de: Artes, com ênfase em Música; Cultura, com ênfase em política cultural; e Teoria Social, com ênfase no pensamento social e político brasileiro.
